

## Como a praia criou o “bairrismo” no Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Mônica C P Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** A proposta deste artigo é refletir sobre o poder que a praia exerce na compreensão da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na configuração das estruturas simbólicas e socioeconômicas que há mais um século permeiam a lógica urbana carioca. Para isso, iremos apontar, a partir de referencial teórico que contempla Foucault, Harvey, Gilberto Freire, Milton Santos e Eni Orlandi, a transmutação da praia como espaço social em seus usos e sentidos. Em seguida, propomos um olhar sobre a importância de Copacabana para a mudança no sentido da praia – de despejo e lixo – para o lugar da contemplação e da vida, que dará significado aos espaços outros do Rio de Janeiro, relegados ao estigma de “resto da cidade”, tal como os bairros do subúrbio.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Bairrismo; Praia; Copacabana; Discurso.

### Introdução

Agora se você vai se incomodar  
Então é melhor se mudar  
Não adianta nem nos desprezar  
Se a gente acostumar a gente vai ficar  
(...)  
Não tenha medo, não vai machucar  
Mistura sua laia  
Ou foge da raia  
Sai da tocaia  
Pula na baia  
Agora nós vamos invadir sua praia<sup>3</sup>

Nos primeiros anos do século XX, o Rio de Janeiro aclamado como “cidade maravilhosa” buscava “afrancesar-se”, o que significava reconfigurar não apenas a estrutura física da cidade, mas, especialmente, organizar a estrutura social da capital que se pretendia espelho do país. Mas as maravilhas dos gostos e costumes cosmopolitas que se inspiravam na Europa contrastavam com uma cidade, pouco tempo antes, escravagista. O trejeito parisiense da Rua do Ouvidor coexistia com as favelas e cortiços – algo que precisava ser expurgado para que a cidade realmente se visse livre do passado que pretendia esquecer: a alcunha de “Pequena África”, que cerca de 50 anos antes tinha 1/3 da sua população

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mônica C P Sousa, doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Docente na Universidade Veiga de Almeida. Bolsista CNPq. Email: monica.cpsousa@gmail.com

<sup>3</sup> Ultraje a Rigor, música “Nós vamos invadir sua praia”.

nascida na África<sup>4</sup>. É pelo título de maravilhosa, criado pelo maranhense Coelho Neto, que se elabora o Rio do futuro, herdeiro de seu passado (mas, principalmente, mantenedor deste Rio). Desta lógica de maravilha que os prefeitos Pereira Passos (1902 – 1906) e Carlos Sampaio (1920 – 1922) iniciam a decolada do Rio de Janeiro cosmopolita. É justamente a imagem da cidade o cerne da questão das reformas urbanas que se sucederam desde o começo do século XIX – era preciso deixar de ser pestilenta, mas principalmente deixar de parecer sê-la. As remoções de cortiços, a abertura de grandes avenidas e a demolição do Morro do Castelo são alguns dos principais pontos da reestruturação urbana do Centro do Rio, realizados durante as obras do bota - abaixo de Pereira Passos e de construção dos imóveis que sediaram a Exposição Universal e celebrariam o Centenário da Independência do país.

As remodelações urbanas no Rio de Janeiro no começo do século XX, na então capital da recente República, foram levadas a cabo pelo prefeito Pereira Passos (1903/1906) e estão estreitamente associadas às mudanças dos sentidos do mar. Se antes a praia era o lugar de despejo de lixo, se tornará ao longo do século XX o parâmetro de valorização de sujeitos e espaços em seu entorno. Mas como se deu essa transformação? Essa é a uma questão importante para a compreensão das disparidades sociais e simbólicas que sobremaneira interferem na lógica das divisões urbanas do Rio de Janeiro.

Em Patrícia Farias (2000) encontramos referências históricas dos sentidos da praia que nos ajudam a compreender as relações dos espaços para além do espaço geográfico/físico. De como um espaço danoso da “pequena África”<sup>5</sup>, cuja primeira utilidade foi de depositário de corpos de escravos nos primeiros séculos da colonização, a praia se torna, com João do Rio nos primeiros anos do século XX, “maravilhosa” - termo usado pelo jornalista para falar sobre o mar de Ipanema. A praia, ainda nos primeiros anos do século XIX era o lugar por onde não era aconselhável passear, menos ainda tomar banho. A praia era lugar de despejos, em que eram descarregados os barris de excrementos. Nesse período, a fidalguia se “diferenciava” pelos banhos de rios, considerado nobre. Recuperando Gilberto Freire, temos a seguinte descrição:

“Os urubus vinham (...) pinicar os restos de comida e de bicho morto e até os corpos de negros que a Santa Casa não enterrava direito, nem na praia nem nos cemitérios (...). (...) A maré subia e lavava a imundície das praias”. (FREIRE, 1977, p.195).

---

<sup>4</sup> LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis – uma reflexão de auto-estima. Record, Rio de Janeiro. 2001, pag. 174.

<sup>5</sup> No século XVIII o Rio de Janeiro era conhecido como “pequena África” porque tinha 1/3 da sua população nascida na África.

Ora, o primeiro lugar de encontro entre mundos culturais tão diferentes terá grande intervenção nas relações socioespaciais no Rio de Janeiro, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, quando praia teve seu sentido espacial reconfigurado: de cemitério e descarte, tornou-se espaço de lutas simbólicas e físicas. Como nos conta Gilberto Freyre, nos primeiros séculos de colonização a “fidalguia” da terra se abstinha de ir à praia e os negros escravizados eram os frequentadores por excelência desse espaço de lixo, pois levavam os tigres – barris que acumulavam matérias dos urinóis – para serem despejados na praia.

De sujeira e degradação um salto valorativo se solidifica a partir das obras de reurbanização do prefeito Pereira Passos nos primeiros anos do século XX: a expansão da malha urbana de transporte, com a construção de avenidas e aumento dos trilhos; a transformação da área central e a conseqüente expulsão da população de renda mais baixa para as áreas do subúrbio e da baixada; os bondes que passam a circular nas áreas dos arrabaldes (subúrbios) das áreas litorâneas fazem da remodelação urbana o salto “qualitativo simbólico” das áreas margeadas pela praia. Vamos voltar a essas questões mais a frente, por enquanto vale destacar que as mudanças urbanas desse período tiveram uma dimensão significativa na compreensão do Rio de Janeiro contemporâneo.

Um caminho possível para compreendermos as noções dos espaços urbanos a partir da praia são as noções da geografia de Milton Santos (2012) a partir das seguintes categorias: configuração territorial e relações sociais. Então, como podemos pensar a praia pela perspectiva de Milton Santos? Se a configuração territorial é dada como o conjunto de sistemas naturais (e dos acréscimos que os homens impuseram aos sistemas naturais), ela é pensada então pela materialidade e complementada pela vida que anima e significa: existências material e social dada pelas relações sociais.

Por essa perspectiva, fica inviável então compreender as noções “bairristas” do Rio de Janeiro sem considerar o aspecto paisagístico-geográfico que contribui na significação valorativa de determinados espaços, em sinergia com a história da urbanização da cidade. Os caminhos da significação da praia desde a vinda dos portugueses (excremento e insalubridade) percorrem uma longa linha do tempo que não se sedimenta, mas assume formas variantes de sentidos ao se incorporarem aos sistemas simbólicos na historicidade carioca.

Este caminho analítico leva-nos a compreender a significação pela flexibilidade dos sentidos, das leituras e dos mecanismos disponíveis para ler. O espaço se estabelece assim

como um sistema de valores que se transforma permanentemente – mas não muda de lugar, e sim de função, de significação, de valor sistêmico. A complexidade de um espaço de múltiplos aspectos, tal como a praia, vai afetar intensamente a compreensão das práticas dos espaços e dos eventos aqui apresentados, que perpassaram pela relação do espaço praia (e os sentidos produzidos) pela estreita relação com a noção de paisagem.

Optamos por destacar a relação com a paisagem por serem seus símbolos partes do processo de identificação do Rio de Janeiro. A paisagem é, então, não contraponto do espaço, mas o complemento: elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área; existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes em coexistência com o momento atual. Só pela presença, os objetos não têm outro significado senão o paisagístico – ou seja, existem apenas como forma à espera de conteúdo social (SANTOS, 2012).

O espaço da praia, do metrô, da rua é resultado material de ações humanas através do tempo e animado pelas ações atuais que atribuem dinamismo e funcionalidade. É pela ação que injetamos a ela - como as feitas ao Pão de Açúcar ou às áreas suburbanas margeadas pelos trilhos do trem - que se estabelece a noção da paisagem - e é esse um ponto crucial para a compreensão do espaço da cidade que vamos propor a partir da noção de fetichismo-valorização.

Sendo assim, o espaço da praia tem seu sentido a partir da utilização, do entendimento de atribuição de valores e funções. A praia e as conseqüentes divisões simbólicas da cidade se dão pela sociedade agindo sobre o objeto como realidade social.

Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética. Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaços. O simples fato de existirem como forma, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaços porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2012, 109).

Lendo a partir de Lefebvre (apud, Duarte, 2002), os espaços funcionam como “morfologia social” (Idem, 39) na qual as ocorrências são fatores de produção e sintomas de fundamentos ideológicos, que estariam inevitavelmente guiando e regulando as produções e os usos. Ora, não estaria a praia significada a partir de delimitações territoriais que separam os sentidos das areias suburbanas e as areias litorâneas?

As mudanças de sentido da praia podem ser lidas pela perspectiva da heterotopia de Foucault (1967), na qual podemos encontrar as transformações e rupturas de epistemes possíveis para significar a praia. O texto “De outros Espaços” publicado em 1967 abre o caminho para uma reflexão dos espaços que se transformam em espaços outros de ordenamento. Se retrocedermos às bases da ciência, os sentidos de um espaço ordenado e fixo são diluídos a partir de Galileu: a constituição do espaço como infinito abre alguns precedentes: os lugares se tornam fluidos, ou seja, o lugar que cada coisa ocupa está em constante movimento, o que gera instabilidade no sentido de lugar. Outra conquista das mudanças perceptivas do espaço a partir do fim da Idade Média é o início da dessacralização do espaço, que para Foucault ainda não se completou porque vivemos, apesar da instabilidade dos sentidos, as oposições de espaços público e privado, familiar e social, cultural e útil, de lazer e de trabalho.

A heterotopia é, então, a possibilidade da justaposição dos espaços por meio de ressignificação e reapropriação e, daí, a noção de espaços outros - a capacidade de justaposição de espaços que seriam, em princípio, incompatíveis; e que embora tenham função determinada, as heterotopias variam conforme o momento histórico e cultural em que se insere. Na proposta de entender os espaços pelas relações, Foucault parte do entendimento, para ele já dado, de que as relações definem cada um dos espaços. Assim, a partir dos aglomerados de relações poderíamos definir e descrever os lugares do transporte público, da praia, do cinema, da rua. No entanto, ele segue para as relações espaciais – lugares que se relacionam com outros lugares, que invertem as ordens, promovendo encadeamentos que contradizem os sentidos conhecidos.

Daí a importância de, ao longo desse trajeto, recorrer às considerações de Foucault sobre os poderes e de que maneira essas relações estão imbricadas nos sentidos do espaço. É porque os sentidos são instáveis que a praia deixa de ter sua face excremento para se tornar espaço de devoção religiosa - lembrando aqui das oferendas levadas ao mar durante as festas de final de ano em várias praias do país em homenagem a Iemanjá, e às várias práticas religiosas, de origem africana, promovidas à beira mar.

A maneira como a praia se relaciona aos sentidos dos bairros a partir de valores monetários e simbólicos nos apontam a importância do entendimento do espaço a partir da relação: a praia do Arrastão e a praia do século XIX e começo do século XX configuram a noção dos sentidos das disposições territoriais. Um exemplo são também as relações estabelecidas no Rio de Janeiro, durante as epidemias, que levaram à vacina obrigatória e à

consequente Revolta da Vacina. As condições degradadas do Centro da cidade àquela época exacerbam diferenças e desigualdades e impressionam pela segregação dos projetos urbanísticos em conjunto com avanços paisagísticos e revelam os embaralhamentos na multiplicidade de espaços, situações, sujeitos e compreensão de mundos possíveis. Isso justamente porque é na relação que brotam as noções combinadas de sujeitos e espaços, e o entendimento dos lugares que ocupam na produção dos sentidos.

Por isso, quando trata da interação como uma das chaves para a compreensão do espaço, Massey (2008) destaca que é uma interação que se estende desde a imensidão global ao intimamente pequeno. É parte de seu argumento que o espacial para além de ser político tem suas implicações específicas também agindo sobre o político porque pode perturbar a maneira como certas posições políticas são formuladas – podendo ser, inclusive, a discussão sobre o espaço uma abertura genuína para a esfera do político. A construtividade relacional e a compreensão do discurso ordenador das práticas e dos sujeitos (Massey, 2008), no Rio de Janeiro, podem ser um caminho possível à compreensão de um reconhecimento sério da multiplicidade, mas depende, invariavelmente, do reconhecimento das espacialidades e das trajetórias e histórias desses múltiplos.

Ao mesmo tempo em que o espaço tem múltiplos sujeitos e múltiplos sentidos, a cidade se apresenta em múltiplas temporalidades. O gesto de dominação sobre o espaço e, geralmente, o gesto de dominação do outro, são o que fazem com que o espaço em vez de se manter aberto a múltiplas trajetórias se transforme em constatação, ao imprimir a ele uma temporalidade única - a miopia de uma análise reduzida. E daí compreender a praia e as áreas a ela associadas (pela proximidade e distância) sem o pendor necessário da abertura impede a percepção complexa das divisões e dos lugares cristalizados que os sujeitos ocupam no jornalismo carioca, que apontaremos adiante.

Voltando à praia, o forte afluxo de investimentos que aportaram na área dos arrabaldes da Zona Sul carioca trouxe o aumento de serviços estruturais e de mobilidade. Por outro lado, escassos investimentos nas áreas afastadas do que futuramente seria a orla marítima. A mobilidade, inclusive, está no cerne da problemática das relações na cidade – a alteridade na praia e os muitos eventos das páginas policiais na praia carioca na década de 1990<sup>6</sup>. Por ora, importa contextualizar como Copacabana é a porta para as mudanças dos sentidos.

---

<sup>6</sup> A década de 1990 acumulou várias coberturas midiáticas dos chamados arrastões nas praias. A palavra arrastão surge da analogia com o arrasto comum de redes para a pesca. Com os episódios de correria nas praias surgidos

## A praia e o “efeito de clube”

Na pesquisa de Julia O’Donnell “A invenção de Copacabana” (2013) ela aponta como a mudança do então arrabalde carrega as mudanças de um estilo de vida ligado ao bairro e que, anos depois, configura as relações na cidade entre as duas extremidades dos túneis. No final do século XIX, mais precisamente em 06 de julho de 1892, é inaugurado o Túnel Real Grandeza (atual Túnel Velho), que possibilitava o deslocamento entre o Centro e o “*futuroso bairro de Copacabana*”<sup>7</sup> (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07 de julho de 1892). Não é apenas uma simples nova estação, tratava-se de uma nova configuração de compreensão da vida urbana do Rio de Janeiro. Assim, de maneira resumida, podemos destacar que a associação de Copacabana à modernidade aloca o bairro sob o signo da novidade e vincula-o para uma série de valores ao estilo de vida dos moradores. Podemos destacar as quadrinhas impressas nos bilhetes do bonde que davam a tônica das redes de significados com as quais se buscava inventar o novo bairro. Entre elas, destacamos algumas:

Graciosas Senhoritas, moças Chics,  
Fugi as Ruas, da Poeira Insana,  
Não há lugar para pic-nics  
Como em Copacabana (O’DONNELL, 2013, 40)

Noivos que os céus gozais em pleno juízo  
Almas que a magoa nem de leve empana  
Quereis de vossas noivas o sorriso  
Ler a maior felicidade humana?  
Prometei-lhe morar num paraíso róseo – em Copacabana. (O’DONNELL, 2013, 41)

Teve Copacabana a natureza  
Ao fazê-la, tais mimos, tais riquezas,  
Que nada nos deixou a desejar  
Entediados, deixai teatros e ceias,  
Ide fitar-lhes as rochas e areias  
E ouvir o Oceano em noites de Luar. (O’DONNELL, 2013, 41)

Proprietários e capitalistas  
Aproveite, melhor a vossa gana  
Oh! Que mina!  
Lançai as vossas vistas  
Sobre Copacabana. (O’DONNELL, 2013, 41)

---

na década 80 e 90, houve uma associação da palavra a eventos de violência. O mais “famoso” dos arrastões aconteceu em 18 de outubro de 1992.

<sup>7</sup> Gazeta de Notícias, 07 julho de 1892.



A praia oceânica com Copacabana tem novos sentidos – diferente da praia da Baía de Guanabara associada à degradação da região central e aos séculos de despejos. Lazer, contemplação, privilégios de investimentos e o futuro. São tais os valores atribuídos a Copacabana, que podemos vislumbrar aí a construção da imagem da região. Enquanto isso, a dinâmica da cidade segue seu rumo: reestruturação no Centro e a leva de mudanças que tais obras geraram na cidade, como vimos acima. Nesse meio do caminho, enquanto os arrabaldes da outra região da Cidade, a Norte, seguem trilhos bem distintos, nos estigmas relegados aos subúrbios/periferia

Essa pequena imersão na história de Copacabana mostra como o espaço é o presente do lugar e se altera no processo de transformação e de movimentos. E a praia então assume novos sentidos<sup>8</sup>. Os espaços não são assim, embora pertencentes a uma unidade simbólica e institucional, pontos de livre acesso. É preciso uma rede de significados simbólicos que deem conta da complexidade que envolve as configurações espaciais.

O livro da pesquisadora Julia O'Donnell (2013) “A invenção de Copacabana” traz um relato esclarecedor de como Copacabana se torna simbolicamente Copacabana. O jornal Beira-Mar, que surgiu em 28 de outubro de 1922, tinha objetivo: defender os interesses dos moradores dos bairros Copacabana, Ipanema e Leme, que eram representados sob a sigla CIL.

---

<sup>8</sup> Embora vejamos nas cirandas acima a praia como o ponto de exaltação, é curioso notar que até a construção da Avenida Atlântica (cuja construção começa em 1906), os imóveis fronteiriços à praia tinham a entrada pela atual Avenida Nossa Senhora de Copacabana – ou seja, o mar era o quintal e não a vista.





Imagem Jornal Beira Mar (24.03.1929). Imagem 1.

Tal necessidade de defesa já nos coloca a par de como se estabelecia a relação com as outras partes da cidade – e a praia é o centro do debate. Por essa época, o projeto praiano – responsável pela urbanização nas primeiras décadas do século XX das áreas litorâneas, antes desprestigiadas em relação ao Centro da cidade – ultrapassa a barreira da CIL. Um cronista do jornal, no dia 24 de março de 1929<sup>9</sup>, publica um texto sobre o movimento no Posto 04, com o título “É tempo de descongestionar e dar o rythmo pessoal às nossas praias de banho”.

Esse aspecto de concentração humana localizada, especialmente, nos dois grandes postos preferidos da generalidade, é certo que empresta uma vida, um calor e uma alegria surpreendente a Copacabana e a Ipanema, mas é certo também que tiram a comodidade dos banhistas que ficam sem espaço suficiente para o livre movimento dos braços e das pernas. Muitos levam cotoveladas vigorosas que lhes põem equimoses na pele. Outros recebem pontapés dados por acaso, safanões sem destino, que, embora distribuídos sem maldade, são sempre recebidos com dor e muitas vezes com protestos, razoáveis ou não. (...) esse referver de criaturas, bem ou malvestidas, limpas ou sujas, de todas as cores e nacionalidades, afeia os balneários, que, assim, se assemelham a praias habitadas de focas e não a praias vaidosamente chamadas de elegantes. (...) Balneários e capitalistas, de

<sup>9</sup> A coluna, na primeira página do jornal, não traz o nome do autor do texto.

cozinheiros, de diplomatas, de *chauffeurs*, de artistas, em mistura, é possível que sejam democráticos, não porem, elegantes. (...) Queremos que nos compreendam (...) o que defendemos é a ordem e a beleza social das nossas praias; o que sonhamos para esse bairro é colocá-lo dentro daquilo que os franceses chamam de *rythmo* pessoal, o caráter próprio. (*Beira-Mar*, 24 de março de 1929)<sup>10</sup>.

Quando apresenta algumas teorias sobre as divisões regionais em *O Poder Simbólico* (1989), Bourdieu se utiliza da fronteira para explicar o processo de divisão. Para ele, é impossível sustentar que existam critérios capazes de basear como naturais os marcadores de classificação. As fronteiras, diz ele, têm maior ou menor fundamento na realidade conforme os elementos que ela reúne. Daí fica a pergunta: porque os túneis são as fronteiras das diferenciações? O que estabelece a fronteira da linha 1 e 2 do metrô no Rio de Janeiro? O que determina estes limites?

Tal “realidade” se pauta em delimitações de forças arbitrárias que ganham ares de legitimação. O que nos leva a questionar a maneira como são tratadas as divisões espaciais do Rio de Janeiro com uma série ininterrupta de “por quês”: o que é utilizado como parâmetro para diferenciar as zonas Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro? O que as tornam diferenciadas? O que legitima que Meier tenha sentidos diferentes de Copacabana? Por que o metrô em algumas áreas é subterrâneo e em outras, na superfície? A divisão de uma cidade não é inocente; menos inocente ainda uma divisão que privilegia espaços que terão diferenciações físicas a partir de uma pré-divisão anterior. E aí apontamos a praia como o diferencial.

A história das reurbanizações do começo do século XX no Rio de Janeiro contribui para a compreensão das atuais divisões socioespaciais da cidade, uma vez que realidades mercantis determinavam a distribuição populacional da cidade, o que justificava uma maior penetração nas áreas hoje suburbanas. Penetração essa justificada durante as remoções de cortiços no Centro, por exemplo, considerada uma área essencial para a concretização do sonho carioca de ser a “Paris dos trópicos”.

São escolhas pautadas nas representações da realidade; melhor dizendo: em critérios não só das propriedades ditas objetivas<sup>11</sup> (territoriais), mas também das ditas subjetivas (pré-disposições econômicas e sociais) que irão contribuir inevitavelmente para a realidade das divisões. E não se trata apenas do Rio de Janeiro, mas de uma naturalização simplória

---

<sup>10</sup> Grifos do autor.

<sup>11</sup> Levando em conta como o conceito de “propriedade” carrega as ambiguidades do sentido de propriedade capitalista, com a ideia de propriedade capitalista que se apropria desses dois sentidos. A legitimidade dos espaços, por exemplo, passam pela urbanização e da posse de tais propriedades.

de que espaços diferenciados carregam em si disparidades econômicas e sociais naturalmente diferentes (e aceitas).

O poder simbólico, então, tem a capacidade de criar realidade a partir de um sentido imediato do mundo, cuja configuração carrega as estruturas nas quais os sujeitos estão inseridos. É um poder que existe porque os indivíduos que se sujeitam a ele creem que ele existe. É a crença de que existe que o torna “vivo”. Além do mais, o poder dos sujeitos/agentes é proporcional ao tipo de capital que acumularam (seja ele cultural, econômico ou social). A partir desse contexto podemos compreender que o capital simbólico se incorpora no poder simbólico a partir do momento em que as relações de forças objetivas também se reproduzem nas relações de força simbólicas; o que, conseqüentemente, vai contribuir para a permanência das relações de força. Por essa leitura de Bourdieu torna-se difícil sair do círculo de capitais, poderes simbólicos e estruturas em que estamos engendrados.

Como então pensar as diferenças dos sentidos do espaço sem levar em conta outros aspectos presentes na problemática que estão além dos âmbitos geográficos da diferença? Um caminho possível é considerar uma análise conjunta das agendas da diferença e da desigualdade como o processo proposto por Canclini (2005). O que propomos aqui é partirmos de que as diferenças e desigualdades que se estabelecem entre os espaços se dão a partir de outro espaço de sentido, que é a noção de cidade. Os sentidos se esbarram, se confrontam e distendem. Temos em comum na cidade, para além do “rótulo” de naturalidade, as questões territoriais, os aspectos práticos da cidade que envolvem as redes comunicacionais, como os meios de transportes públicos; os relatos históricos, as festas, enfim, uma gama grande de compartilhamentos que atravessam o que serão as diferenças e as desigualdades.

As divisões entendidas como naturais numa grande cidade entre os locais de lazer, os locais de trabalho e os locais de moradias (valorizada e desvalorizada) corriqueiras no senso comum trazem embutidas as raízes das estruturas que as compuseram – e, assim, a produção capitalista do espaço. Em David Harvey (1973), encontramos uma análise de que a organização territorial desempenha funções no sistema urbano. Algumas funções na organização territorial são de escalas metropolitanas, tais como o planejamento do sistema de transporte, enquanto outras são melhores realizadas num nível local, como é o caso das áreas de lazer e parques. O desafio é conseguir certa equidade nas hierarquias das regiões

de forma que as facilidades diferentes sejam satisfeitas em escalas espaciais também diferentes.

Esse “efeito de clube”,<sup>12</sup> que se baseia na exclusão, se estrutura na relação do indivíduo com o social. É assim que transformamos, todos nós, nossos espaços físicos a partir dos lugares que ocupamos – o que nos leva a um espaço como extensão de nós mesmos. Não é apenas uma localização física, mas um amálgama de fatores do ponto de vista relacional. É a relação com o mundo que garante o sentido do lugar. Não se trata, como apontamos acima, entendê-lo em oposição. O lugar físico, geográfico, que ocupamos se reveste da ocupação que damos a ele, da constituição das propriedades que garantimos a nós e a relação que temos delas com os outros lugares – estejam eles acima, abaixo, ao lado.

Os valores que damos são partes do atravessamento, das negociações com o ordenamento social. É como a física. Em Einstein, nos idos das primeiras décadas do século XX, passamos a entender (ou a tentar entender) o universo pela relação das propriedades que o compõem. A “genialidade” e a simplicidade da teoria estão em determinar a relativização. Nada é longe. Nada é perto – são nossas referências que determinam as noções e as dimensões de pessoas e coisas. E porque nossos espaços físicos são marcados pela exterioridade que chegamos a um ponto de extensão de que o espaço social se estabelece a partir da exclusão mútua (ou a distinção, como propõe Bourdieu).

Ora, o espaço então vai funcionar como insígnia “espontânea” do social. Somos hierarquizados? O espaço também o será. Antes, no entanto, de entramos na questão dos deslocamentos e poder da aproximação desses espaços sociais, cabe um novo retorno a Bourdieu. Numa obra intitulada “As Misérias do Mundo” (1997), Bourdieu vai dizer que a inscrição das realidades sociais no mundo acarreta o efeito de naturalização, que faz parecer naturais as diferenças produzidas pela lógica histórica. É assim, por exemplo, que se naturalizam a relação do valor do IPTU pago com qualidade de vida; melhores condições das estações de metrô na linha 1 no Rio de Janeiro<sup>13</sup>; as diferenças infraestruturais entre as zonas da cidade, etc.

Do ponto de vista de Bourdieu (1997), o qual se ajusta bem às ideias aqui defendidas, a naturalização acarreta uma inércia nas condições de estruturas do espaço social. Não é de se esperar então que seja fácil (embora seja factível) modificar as estruturas

---

<sup>12</sup> Termo usado por Bourdieu para tratar da associação durável de pessoas ou de coisas possível a partir da exclusão dos que não apresentam as propriedades desejadas e/ou apresentam propriedades indesejáveis a tais pessoas ou coisas.

<sup>13</sup> Até o momento desse trabalho, o metrô do Rio de Janeiro se divide em quatro linhas: linha 1 de Ipanema ao Estácio, linha 2 do Estácio à Pavuna; além de duas novas linhas em construção.

que são viáveis de serem modificadas senão ao preço de uma transplantação de mentalidade, de mudanças das coisas e de um desenraizamento de pessoas.

Como isso é factível num espaço que é proposto como uno, como é a cidade, mas que se apresenta dividido como são seus bairros, zonas, regiões, etc., ou como se queria chamar? Segundo Orlandi (2004), a cidade é o que transborda, o que nos leva a termos dois lados: a cidade poderia ser muito mais do que uma só - o discurso unificador da cidade é um produto desse atravessamento ideológico, que fragmenta e unifica de acordo com os sentidos que esperam provocar. Voltamos então ao espaço fetichizado, que por estar objetivado a partir de suas condições sociais (e econômicas, por conseguinte) ligadas ao poder do capital e da distribuição desigual dos bens públicos e privados, vai ser significado pela relação agentes sociais / distribuição de bens. É assim, então, um caminho para compreendermos que Copacabana e Meier são significados de forma distinta pela valoração reificada.

Nessa divisão funciona então a sobreposição dos espaços sociais fisicamente objetivados. O que se entende por farofa, pobreza, urbanidade/suburbanidade, requinte e cafonice são também posições objetivadas que tendem a reproduzir uma oposição constitutiva enquanto estruturas mentais. A repetição naturaliza, então, essas discrepâncias sociais transformando-as em discrepâncias espaciais – condizentes e quase óbvias. O efeito é o desencadeamento do espaço como um dos pontos em que as relações de poder mais se afirmam uma vez que incorporam as estruturas mentais e espaciais dos sujeitos. Vem daí a necessidade de respeitar regras, por exemplo, de condutas da praia que sejam harmônicas às injunções nem sempre mudas sobre os corpos nas areias de Copacaba, por exemplo. Do espaço emana a invisibilidade do poder e a violência simbólica que nossas estruturas conjuram.

A capacidade de dominar o espaço nos dá conta da parcela de poder social que um grupo ou o próprio indivíduo é capaz de gerar. A apropriação de bens materiais e simbólicos, sejam eles públicos ou privados, perpassa o social e vai determinar, inclusive, as disputas pela legitimidade de mobilidade. Deslizar pelo espaço físico deixa à mostra os revezes ou as manutenções das barreiras muitas vezes intransponíveis dos espaços sociais. Os espaços consagram simbolicamente seus habitantes ou frequentadores, casos esses façam parte das estruturas sociais latentes da configuração de tais espaços. É desta lógica cruel que os espaços da cidade se limitam aos seus pares sociais numa atroz homogenia que só serve para fortalecer os lugares “estáticos” dos sujeitos e de seus espaços.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar**. In: A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Espaço Social e poder simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Portugal. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.  
CANCLINI, Nestor Garcia. Ciudades Multiculturales y Contradicciones de la Modernidad. In: Imaginários Urbanos. Buenos Aires: Ed. Universitária de Buenos Aires, 1997.

\_\_\_\_\_. **Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: ED UFRJ, 2005.

DUARTE, Fábio. **Crise das Matrizes Espaciais – arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2002.

FARIA, Patrícia. **A praia carioca, da colônia aos anos 90: uma(s) história(s)**. Revista Contracampo, n. 4 Ano 2000.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. [conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales]. 1967. : Pedro Moura. Disponível em: [http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault\\_pt.html](http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html).

HARVEY, David. **A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Editora Loyola, 6 ed. s/d.

\_\_\_\_\_. **A Justiça Social e a cidade**. Editora Hucitec: São Paulo, 1980.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: USP, 2012.